



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



**VIDA NA TERCEIRA IDADE:
PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL DA PUC MINAS EM CONTAGEM**

José Wilson Costa

PUC Minas Gerais em Contagem

Elza Marisa Paiva de Figueiredo Chagas

PUC Minas Gerais em Contagem

Victor René Villavicencio

PUC Minas Gerais em Contagem

Rua Rio Comprido, 4580 – Cinco – 32.285-040 – Contagem - MG

Telefone: (31) 3396-8808 - Fax: (31) 3396-5597

quissala@pucminas.br

Resumo

Este trabalho aborda a inclusão de pessoas da Terceira Idade no cenário da PUC Minas em Contagem, através de projetos de extensão em parceria com o curso de Sistemas de Informação desta mesma instituição. Com o projeto pretende-se promover a inclusão digital, integrando o cidadão sênior ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Apresentam-se algumas concepções de Terceira Idade e considerações sobre o que representa a tecnologia nessa fase da vida. Relata-se a experiência do projeto de extensão de inclusão digital no âmbito da

Terceira Idade, proposto e executado pelo curso de Sistemas de Informação da PUC Minas em Contagem, envolvendo 60 alunos, com idade variando entre 60 e 92 anos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Inclusão digital. Sociedade da Informação.

1 INTRODUÇÃO

Inserida num mundo altamente globalizado, a sociedade do século XXI caracteriza-se por uma sociedade capitalista de contornos neoliberais com a decrescente responsabilização do Estado em relação à melhoria de vida da população. Trata-se de uma sociedade regida pela não-interação do Estado nos aspectos econômicos que devem se desenvolver no livre jogo do mercado. Além disso, nota-se uma crescente redução de gestão pública centrada na diminuição de recursos destinados, principalmente, à área social.

O capitalismo torna-se uma sociedade dependente de tecnologias da inteligência, geradas para ampliar a capacidade de produzir conhecimento. A dinâmica capitalista, de barateamento constante de preços e aumento de qualidade e capacidade da tecnologia da informação e comunicação, permitirá que cada cidadão-consumidor possa usufruir dos seus benefícios (PARAGUAY, 2004).

Isto requer um preparo e capacitação completa que abrange uma vasta área de segmentos da sociedade. Os indivíduos que não conseguirem acessar as novas tecnologias terão cada vez mais dificuldades para participar dos processos pessoais e sociais, na medida em que cada vez mais velozmente essas exigências vão sendo inseridas nos domínios do cotidiano.

Nesse sentido, a exclusão digital se apresenta como um dos mais desafiadores e discutíveis problemas deste início de século, com implicações diretas e indiretas sobre a sociedade atual. Entendendo também dessa forma, a ONU resolveu eleger a exclusão digital como um dos piores estigmas da sociedade atual ao lado da fome, do desemprego e do analfabetismo. O ponto referencial da proposição da ONU é a consensual constatação de que o conhecimento, adquirido em larga escala através dos meios informacionais, tende a ser cada vez mais

valorizado, conquanto sua falta promova o contínuo agravamento dos problemas sociais. A já conhecida desigualdade registrada entre pobres e ricos adentra agora na era digital e ameaça se expandir com a mesma rapidez das tecnologias de comunicação.

A distância entre os providos e os desprovidos digitais – também conhecidos como brecha digital – resulta da “*distribuição desigual dos recursos associados às tecnologias de informação e da comunicação*” (SORJ, 2003, p.13).

Os cidadãos acima de 60 anos de idade agravam o número de indivíduos inseridos na brecha digital. Isto ocorre, principalmente, porque a atual sociedade globalizada privilegia a tecnologia, o ter em detrimento do ser, não acreditando que o saber se acumula com o passar dos tempos. Ao contrário, o saber se degrada à medida que a tecnologia avança, criando novas possibilidades de conhecimento às quais os idosos não têm mais acesso e muito menos condições mentais e físicas para acompanhar.

A proposta considerada neste trabalho defende que esse sujeito é capaz de viver um processo de educação continuada, conectando-se às diversas possibilidades e recursos do computador e também da Internet. Knechtel (1994, p.24) entende que a educação continuada é caracterizada pela “*busca da cidadania, da liberdade e do respeito mútuo entre a população adulta de uma sociedade moderna podendo levar o homem a situar-se melhor na sociedade atual*”.

Corroborando tal afirmação encontra-se Furter (1996). Para este autor, a educação continuada corresponde a uma exigência de autonomia dinâmica dos indivíduos em uma sociedade em constante transformação, na qual as pessoas precisam recorrer a seus conhecimentos e a sua capacidade de discernimento para orientar-se, pensar e também, atuar.

No que diz respeito às vantagens da apropriação da informática por parte de alunos da Terceira Idade, Kachar (2001) chama a atenção para o fato de que, no ambiente educacional, o aluno da Terceira Idade tem a possibilidade de, além de prover seu potencial de produção e reconstruir sua auto-imagem e imagem pública, exercitar a cidadania.

Entendendo que através de projetos da Extensão Universitária, é possível elucidar alguns aspectos da exclusão do idoso na sociedade brasileira – a qual

apresenta rebatimento na região de abrangência da PUC Minas em Contagem – o projeto Vida na Terceira Idade objetiva promover a Inclusão Digital através da integração do cidadão sênior no uso das tecnologias da informação e comunicação.

Nesta comunicação, encontrar-se-ão notas de trabalho do processo de reflexão sobre ações para inclusão digital desenvolvidas pelo curso de Sistemas de Informação junto à extensão da PUC Minas, em Contagem. Destas notas constam, principalmente, um quadro de referência e a perspectiva teórica, ambas orientando a abordagem que se propôs frente a um modelo que possa ter sido aplicado em ações de inclusão digital em comunidades da Terceira Idade.

Observa-se, portanto, que não se trata tão-somente de discutir a ampliação do acesso às tecnologias da Informação, mas de dotar os idosos de condições cognitivas que lhes permitam também processarem as informações e transforma-las em conhecimento, assegurando-lhes o acesso a atributos fundamentais da construção da cidadania nos tempos atuais.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

2.1 Sociedade da Informação

Em geral, a informação, na atual sociedade do Século XXI, emerge como força dominante (DANTAS, 1999). Trata-se de uma sociedade em que a informação se transformou simultaneamente na matéria-prima e na mercadoria fundamentais para gerar mais informação (SERRA, 2006). Caracterizada, principalmente, pela revolução digital, a Sociedade da Informação apresenta um mercado imaterial, onde redes integradoras e multiplicadoras de informação produzem a possibilidade cada vez maior para indivíduos utilizarem os recursos da computação e do uso da Internet.

Enquanto as tecnologias tradicionais serviam como instrumento para aumentar o alcance dos sentidos, as novas tecnologias ampliam o potencial cognitivo do ser humano, possibilitando mixagens cognitivas complexas e cooperativas (ASSMANN, 2000).

Nesse contexto, o papel das tecnologias de informação não se limita à simples configuração e formatação. Participam, ativamente, do processo de transformação da informação em conhecimento. Portanto, as tecnologias de comunicação e informação exercem um papel ativo e co-estruturante das formas do aprender e do conhecer.

O Programa Sociedade da Informação (SocInfo), coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil (MCT), apresenta a seguinte definição:

A Sociedade da Informação está baseada em tecnologias de informação e comunicação que envolvem: aquisição, armazenamento, processamento e distribuição da informação (...). Essas tecnologias não transformam a sociedade por si só, mas são utilizadas pelas pessoas em seus contextos sociais, econômicos e políticos, criando uma nova comunidade local e global: a Sociedade da Informação. (Sociedade da Informação no Brasil, 2005).

Percebe-se, pela análise dos documentos disponíveis no site da Sociedade da Informação no Brasil, princípios e metas de inclusão e equidade social e econômica; de diversidade e identidade culturais; de sustentabilidade do padrão de desenvolvimento; de respeito às diferenças; de equilíbrio regional; de participação de uma sociedade da informação que possa, enfim, incluir todos os brasileiros.

Entretanto, a atual sociedade revela-se excludente e autoritária, pois impede que a maior parte das pessoas participem dos benefícios oferecidos pelas tecnologias de informação. A modernidade fez do homem – principalmente do idoso – uma peça descartável no próprio sistema produtivo, impossibilitando-o de desfrutar daquilo que, em verdade, ele produziu ao longo de décadas.

2.2 Inclusão Digital

Em se tratando o acesso à informação de um fator-chave na luta contra a pobreza, a ignorância e a exclusão social, é mister que o ciberespaço permita a todos acesso às informações e aos conhecimentos necessários para a educação e para o desenvolvimento de todos os indivíduos.

Há que se pensar, portanto, na inclusão digital como uma prioridade dentro da política pública do país, pois a alfabetização digital, tal qual ocorre com a formação básica – vai depender também da ação do Estado para serem ambas, amplas ou universalistas.

Uma definição mínima de inclusão digital passa pelo ingresso ao computador e aos conhecimentos básicos para utilizá-lo (SILVEIRA, 2005). Entretanto, novos conceitos ampliam a noção e inclusão digital e a vinculam ao acesso à rede mundial de computadores. Nesse sentido, Silveira (2005, p.422) defende que “*um computador desconectado tem uma utilidade extremamente restrita na era da informação*”. Fora da Internet, o computador porta-se como uma mera máquina de escrever.

A definição de inclusão digital, na verdade, está inserida no contexto de uma sociedade da informação que inclua todos os cidadãos como agentes (PARAGUAY, 2001). Conhecimento é a chave dos projetos de inclusão digital que vêm obtendo sucesso.

As ações para inclusão digital tornaram-se especialmente relevantes após a realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2002 (NÉRI *et al.*, 2003). Apesar da universalização do acesso à Internet ainda ser bastante incipiente e as projeções se apresentarem discutíveis, variadas e conflitantes, a pesquisa de campo realizada pela PNAD indica que 12,5% da população brasileira já dispunha de computador em suas casas, principalmente os domicílios localizados na região metropolitana de São Paulo. Com relação à Internet, o número de usuários no Brasil cresceu 0,7% em janeiro de 2003, atingindo 7,5 milhões de pessoas. Esses números confirmam que o país ainda sofre, como se vê, ante o número expressivo de excluídos digitais.

Não obstante as tecnologias de informação não se prestem a simbolizar uma solução mágica para o complexo problema da desigualdade, sem dúvida “*constituem uma das condições fundamentais da integração na vida social*” (FREIRE, 2004, p. 1990).

2.3 Políticas Públicas

Os diversos estudos no Brasil atribuem a necessidade de elaboração de políticas voltadas ao idoso e, conseqüentemente, o incentivo à participação nos variados grupos sociais, principalmente os de encontro comunitário.

Toda a política pública – segundo escreve Bucci (2005) – utiliza-se de um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular. Para o autor, os elementos das políticas públicas são: a) o fim da ação governamental; b) as metas nas quais esse fim se desdobra; c) os meios alocados para a realização das metas e d) os processos de sua realização.

Conforme apresentado por Silveira (2005), uma política pública não se resume ao papel desempenhado pelo Estado; a formulação, a execução e a avaliação devem envolver as comunidades locais, os movimentos sociais e ainda as organizações não-governamentais.

No âmbito da Inclusão digital, as políticas públicas devem favorecer o crescimento de uma sociedade da informação onde todos – reiteramos – possam acessar as tecnologias digitais de informação.

Nesse sentido, Assmann (2000, p.6) insiste na necessidade da formulação de que essas políticas possam ajudar as populações economicamente carentes a se beneficiarem das vantagens do processo tecnológico. A maneira é promovendo “o acesso universal à info-alfabetização e à info-competências” de modo a reforçar o caráter democrático da sociedade da informação.

Corroborando tal pensamento encontram-se as universidades, as quais, através de promoções de pesquisa e extensão, podem auxiliar na inclusão digital, disseminando soluções e induzindo reflexões críticas, ou emprestando painéis para o amplo processo de formação dos segmentos mais carentes, menos cultos e escolarizados.

Não existem estudos consistentes sobre o impacto includente de projetos de inclusão social, no entanto, sua dimensão e alcance têm sido ínfimos ainda diante da extrema carência do país. Talvez pela sua dispersão ou quem sabe, ausência de indicadores consolidados, ainda não nos seja visível a eficácia das várias iniciativas.

Entrementes, quando vem à baila a inclusão digital, torna-se pertinente determinar qual o papel central do Estado, mercado e das ONGs. Em relação ao Estado, Silveira (2005) entende que as experiências têm apontado para a importância de se articular as decisões para não dispersar recursos escassos. Enquanto se espera que o governo federal produza uma política de inclusão digital em conjunto com Estados e municípios, estes últimos devem ser envolvidos e ouvidos, vai depender do convencimento do poder local, a manutenção e o sucesso dos programas de inclusão.

As ONGs e as empresas, por sua vez, devem ser ouvidas e incorporadas na decisão e execução das políticas de combate a exclusão digital.

3 INCLUSÃO DIGITAL DA TERCEIRA IDADE

3.1 O Idoso do Século XXI

Quem é o idoso do século XXI no Brasil? Hoje, a resposta a esta pergunta é obviamente difícil, por essa noção de pessoa idosa encontrar-se profundamente inovada. Existe um componente subjetivo no âmago dessa avaliação, pois se existe quem se sinta idoso aos 40 anos de idade, por outro lado há os que não se o sentem aos 80 anos! Possíveis explicações para esse fato andam sendo rumorosamente pesquisados dentro de nossa sociedade, em virtude de uma série de mudanças comportamentais.

Dito de outra forma, o tipo de sociedade em que estamos vivendo, influencia na forma de viver, das pessoas com mais de 60 anos de idade, tornando-as mais capazes e com possibilidade exímia de continuar vivendo sua aposentadoria em plena capacidade intelectual, física e emocional.

O termo “terceira idade” – criado pelo gerontologista francês Huet (GOLDMAN, 2000) – surgiu para expressar novos padrões de comportamento de uma geração que se aposenta e envelhece ativamente. No Brasil, esse termo foi empregado inicialmente pelo SESC de São Paulo, quando se criaram as “Escolas Abertas para a Terceira Idade”. O termo apresenta a velhice como uma nova etapa

da vida, expressa pela prática de novas práticas sociais e culturais (MAZO; LOPES e BENEDETTI, 2001).

Isso cria uma realidade nova e, inclusive, provoca problemas idem, visto que a pessoa permanece por mais tempo em plena atividade. Não se pensa mais no aposentado como alguém que se aposentou da vida, mas como alguém que mudou de hábitos, de atitudes.

De acordo com Mazo, Lopes e Benedetti (2001), a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera idoso todo indivíduo com 65 anos de idade ou mais, que reside em países desenvolvidos e, com 60 anos ou mais, os residentes em países subdesenvolvidos.

Por tudo isso, faz-se urgente repensar as categorias em função da idade. Essa categoria de idoso – de terceira idade para alguns – se concebe de maneira insurgente. Trata-se de uma perspectiva questionadora em que situações e casos devem ser repensados dentro deste recém-nascido contexto de sociedade conhecida como Sociedade da Informação. O que deve pensar a pessoa em relação à sua velhice? Qual deve ser a sua atitude frente à velhice, que pode estar próxima ou mais distante? São perguntas a se fazer.

Preparar-se para a velhice, numa nem tão antiga concepção era convencer-se de que ele ou ela “já deu tudo o que tinha que dar”, agora “permaneça o mais quieto possível e atrapalhe menos”. Inere-se, portanto, uma concepção da não-participação, do desligamento. A justificativa para tal decorre do fato de não se submeter a pessoa idosa à situação de vexame, de conflito. O capitalismo entende que atitudes positivas com relação a terceira idade incentivam o idoso a uma participação da qual ele não tem mais capacidade (DOMINGUEZ, 1998).

A própria Constituição Federal, quando se refere ao idoso em seu artigo 230, dispõe: “*a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida*”. Nos parágrafos 1º e 2º se estabelece que “*os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares e garantindo o transporte gratuito aos maiores de 65 anos de idade*”. Analisando estes trechos, percebe-se a transição existente entre a idéia

assistencialista e a idéia de participação, de integração social através de atividades de convivência.

A criação do estudo do idoso, por outro lado, tende a reforçar a inserção do provento numa das classes excluídas. Ao lhe garantir os direitos óbvios, como: lugar em filas, passagem, previdência – entre outros – demonstra-se claramente que os demais setores da sociedade não convivem em harmonia com a Terceira Idade, pois caso contrario não haveria necessidade de se criar legislação especial.

A nova concepção de velhice rejeita a proposta de preparação para a própria como idéia de desligamento, orientando este ser para uma atuação passiva em relação à vida e a sociedade. Aqui, é incentivada a possibilidade de participar, não como uma forma de repetição de atividades anteriores, mas através de novas atividades comunitárias e solidárias que vençam a tendência natural ao individualismo e ao isolacionismo (MINGUEZ e GARCIA, 1998).

Esta nova forma de visualizar a velhice representa também uma cobrança, na medida em que essas pessoas não podem mais ser omissas. Nesse prisma, as pessoas idosas que acumularam mais experiências tem mais tempo para se dedicar ao trabalho de interesse social; não têm o direito de se omitirem e, portanto, devem assumir responsabilidades que anteriormente não puderam assumir.

Quanto às especificações da interação de pessoas de Terceira Idade com a informática, Baldi (*apud* KACHAR, 2001) defende que grupos de idosos demonstram interesse a aprender a usar o computador; entretanto, para fazê-lo, demandam o dobro do tempo dos adolescentes.

Nesse novo contexto, preparar-se para a velhice significa pensar em novas atividades que poderão ser exercitadas, pensar em uma nova vida integrada na vida social.

3.2 O Processo de Inclusão Digital na Terceira Idade

Ao contrário das novas gerações, a Terceira Idade apresenta sérias dificuldades com relação ao uso das inovações tecnológicas. Causa estranheza, medo e/ou receio entender a nova linguagem digital e em lidar com os avanços

tecnológicos apresentados, inclusive, em operações básicas com eletrodomésticos, celulares e caixas eletrônicos de bancos (KACHAR, 2001).

No início, os projetos de inclusão digital referiam-se mais ao foco da profissionalização. Atualmente, os discursos parecem voltados ao fomento da inteligência coletiva local ou nacional.

Para Lazarte (2000, p.51) os elementos necessários para inclusão não devem contemplar apenas o acesso físico à infraestrutura e à conexão em redes e computadores, mas à capacitação das pessoas para utilizar estes meios de comunicação da informação e para criar “possibilidade de uma incorporação ativa no processo todo de produção, compartilhamento e criação cultural”. Portanto, as ações de inclusão digital devem ser consideradas relevantes no conjunto de políticas públicas de inclusão digital.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se por ser de caráter participante. Para sua efetiva realização foram utilizados quatro passos principais: a) montagem institucional e metodológica; b) estudo preliminar e provisório da região e da população pesquisadas; análise crítica dos problemas; e d) programa ação e aplicação de um plano de ação.

O primeiro passo, montagem institucional e metodológica da pesquisa participante, foi subdividida em seis passos: a) determinação das bases teóricas da pesquisa, através da definição da formulação dos objetivos, definição de conceitos, construção de hipóteses, etc.; b) definição das técnicas de coleta de dados; c) delimitação da região a ser estudada; d) organização do processo de pesquisa participante através da identificação dos colaboradores, distribuição das tarefas, partilha das decisões, etc.; e) preparação dos pesquisadores; f) elaboração do cronograma de atividades a serem praticadas.

A segunda fase da pesquisa participante foi dividida em três partes: identificação da estrutura social da população acima de 60 anos residente na cidade

de Contagem, Minas Gerais; b) descoberta do universo vivido pela população; e c) recenseamento dos dados socioeconômicos e tecnológicos.

A identificação da estrutura social da população tinha como objetivo descobrir as diferenças sociais de seus membros, as posições dos grupos e também os conflitos entre estes últimos. A descoberta do universo vivido pela população de pessoas com mais de 60 anos de idade procurou compreender, numa perspectiva interna, o ponto-de-vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivenciam.

Além disso, dados objetivos sobre a situação da população foram coletados. Esses, por sua vez, foram agrupados como dados educacionais. Tais informações foram pesquisadas junto da prefeitura municipal de Contagem e ONGs que desenvolvem projetos junto da população aqui considerada.

Do universo estudado, optou-se por selecionar uma amostra de indivíduos com idade acima de 60 anos para estudo e, posteriormente, para aplicação dos cursos de extensão em Informática Básica. Trata-se de uma amostragem realizada por aglomerados, uma vez que se partiu de uma seleção aleatória de pessoas representativas do grupo em estudo com potencial para fornecer informações confiáveis sobre toda a comunidade.

A perspectiva do estudo é transversal, e o nível de análise do estudo, os alunos matriculados no curso de informática básica para a Terceira Idade. As unidades de análise configuram as reais necessidades deste público frente às inovações tecnológicas. A abordagem do trabalho é predominantemente exploratório-qualitativa. Para a realização da pesquisa selecionaram-se 60 cidadãos com mais de 60 anos de idade.

Utilizou-se, como instrumento de coleta, a entrevista semi-estruturada com os atores envolvidos, buscando-se a identificação e a compreensão da realidade dos indivíduos acima de 60 anos de idade, no uso da informática em meio às suas atividades diárias.

Os dados obtidos anteriormente conduziram à formulação dos problemas decorrentes da inclusão digital no âmbito da terceira idade. Especificamente foram analisados: a descrição do problema, a identificação das causas do problema e a formulação de hipóteses de ação.

Com base nas hipóteses formuladas, elaborou-se o plano de ação que possibilite, de um lado, ações que permitam a análise mais adequada do problema proposto; por outro, ações que permitam melhoria imediata da situação em nível local.

5 O PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL DA PUC MINAS EM CONTAGEM

O projeto de Inclusão Digital da PUC Minas Contagem, denominado Vida na Terceira Idade, é embasado por quatro passos principais. O primeiro entende que a oferta de computadores conectados em rede é necessário, embora não suficiente para se realizar a pretensa inclusão digital (RONDELLI, 2004).

No segundo passo procurou-se criar oportunidades para que os aprendizados feitos a partir dos suportes técnicos digitais possam ser empregados no cotidiano da vida e do trabalho. Para tanto, todas as atividades realizadas nos laboratórios durante a execução do projeto de extensão foram anterior e cuidadosamente planejadas. Entretanto, para que isso seja possível, é necessário investimento financeiro, disponibilizado pela PUC Minas. Trata-se, pois, do terceiro passo da inclusão digital: investimento financeiro.

O quarto e último passo refere-se à pressuposição de que existem outras formas de produção e circulação da informação e do saber, de maneira diversa destas mais tradicionais que conhecemos (RONDELLI, 2004). Trata-se de realizar a mesma coisa que se fazia, mas de jeito diferente, inovador, com utilização das mídias digitais.

Os alunos de Terceira Idade que participam do projeto Vida na Terceira Idade acabaram externando atitudes de aproximação e interesse à “máquina” futurista. Experiências positivas na aprendizagem e domínio dela ajudaram a mudar relações deste público com o computador.

Com isso, de acordo com o que também defende Rondelli (2004), o processo de inclusão digital proposto só pode de fato ocorrer caso a ampliação do acesso a qualquer uma das mídias existentes seja acompanhada da inserção dos indivíduos

em um universo cultural mais rico e interessante o suficiente para motivá-los a utilizá-las.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual Sociedade da Informação todo cidadão tem direito à informação (ARAÚJO, 2001); entretanto, envelhecer e ser cidadão parecem itens incompatíveis em sociedades desiguais. Se for de interesse político e filosófico, pensar em uma sociedade justa, democrática e solidária, antes de mais nada, se deva concretizar a participação social do idoso.

Nesse sentido, a perspectiva de erradicar a exclusão digital é ideal, garantindo-lhes uma vida de cidadão inserido num ambiente caracterizado pelo uso de tecnologias de comunicação e informação. Para tanto, redefinir estratégias de luta contra as várias formas de exclusão, através de políticas sociais que possibilitem mudanças no cotidiano do idoso é imperioso e inclusivo.

Não se trata de negar o papel que a Internet possa exercer na promoção da democratização, na inclusão social e na ampliação das oportunidades profissionais. Não se pode, inclusive, afirmar que a simples existência da Internet e das Tecnologias de Informação, de Mídia e de Comunicação possa gerar um mundo mais homogêneo. É vital, antes de mais nada, que as ações referentes à inclusão digital devam estar voltadas para a tríade Democracia-Poder-Comunicações.

Nesse contexto, a inclusão digital busca implementar ações eficazes para levar a sociedade globalizada aos recursos tecnológicos, ao conhecimento, à informação e à aprendizagem.

Verifica-se, porém, entraves para uma política de inclusão digital, que precisam ser superados para que se consuma a integração de indivíduos na sociedade de informação. Também construir sistemas computacionais mais eficazes – não só para gerenciar informações – mas para facilitar a nós, seres humanos, transfigurar informação em conhecimento; conseqüentemente, ação na sociedade (ARAÚJO, 2001).

Em outras palavras, segundo Castells (2003), ensinemos a usar as tecnologias de comunicação e informação, vislumbrando o desenvolvimento da capacidade educacional de fazer, da informação e conhecimento, ação. Foi isso, em síntese, o que se buscou aplicar na Inclusão Digital Vida na Terceira Idade, projeto de extensão o qual ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V.M.R.H. Miséria informacional: o paradoxo da subinformação e superinformação. **Revista Inteligência Empresarial**, Rio de Janeiro, n.7, p.11-12, 2001.

ASSMANN, H.A. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.7-15, 2000.

BUCCI, M.P.D. **Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acessado em: 7 de setembro de 2005.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet, reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DANTAS, M. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena M.M.; ALBAGLI, Sarita (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. [s. l.]: Campus, 1999.

FREIRE, I. M. O desafio da inclusão digital. **Transinformação**, Campinas, v.16, n.2, p.189-194, maio/ago. 2004.

FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GOLDMAN, S.R. **Professional Development in a Digital Age: Issues and Challenges for Standards- Based Reform**. Vanderbilt University, 2000.

KACHAR, V. (Org.). **Longevidade: Um novo desafio para a educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

KNECHTEL, M. do R. **Educação permanente: reunificação alemã e reflexões e práticas no Brasil**. Curitiba: UFPR, 1994.

LAZARTE, L. Ecologia cognitiva na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v.29, n.2, p.43-51, 2000.

MAZO, G.Z.; LOPES, M.A.; BENEDETTI, T.B. **Atividade física e o idoso: concepção gerontológica**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

NÉRI, M. *et al.* Lei de Moore e políticas de Inclusão Digital. **Revista Inteligência Empresarial**, Rio de Janeiro, n.14, p.4-9, 2003.

PARAGUAY, A.I.B.B. Inclusão digital. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL, 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acessado em: 23 nov. 2004.

RONDELLI, E. **Quatro passos para a inclusão digital**, 2004. Disponível em: <<http://www.icoletiva.com.br>>. Acessado em: 22 set. 2005.

_____. **Mídia, informação e conhecimento**, 2003. Disponível em: <<http://www.icoletiva.com.br>>. Acessado em: 23 set. 2005.

SCHWARTZ, G. Exclusão digital entre na agenda econômica mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jan. 2000. Caderno Dinheiro, p.B2.

SERRA, P. **A ética na sociedade da informação**: entre a antinomia e o abismo. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acessado em: 11 fev. 2006.

SILVEIRA, S.A. da. Inclusão digital, Software Livre e Globalização Contra Hegemônica. **Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de CT&I**. Parceria Estratégica, nº 20, junho de 2005. p. 421-446.

SOCIEDADE da Informação no Brasil. Disponível em: <<http://www.socinfo.org.br/sobre/sociedade.htm>>. Acessado em: 12 jun. 2005.

SORJ, B. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.